

RESOLUÇÃO DELIBERATIVA Nº 022/2023

Dispõe sobre os valores da compensação dos atos gratuitos praticados no mês de julho de 2023.

Art. 1º. A compensação dos atos gratuitos praticados pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais e pelos Registradores de Imóveis, no mês de julho de 2023, tem seu valor fixado em:

I – R\$ 113,03 (cento e treze reais e três centavos) para cada ato de nascimento (incluso certidão e arquivamentos);

II – R\$ 113,03 (cento e treze reais e três centavos) para cada ato de óbito (incluso certidão, arquivamentos e comunicações);

III – R\$ 165,07 (cento e sessenta e cinco reais e sete centavos) para habilitação, registro do assento, certidão, arquivamentos e comunicações dos casamentos;

IV – R\$ 47,62 (quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) para a averbação praticada pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais (incluso certidão, arquivamentos e comunicações);

V – R\$ 115,15 (cento e quinze reais e quinze centavos) para os registros no Livro “E” praticadas pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais (incluso certidão, arquivamentos e comunicações);

VI – R\$ 16,43 (dezesseis reais e quarenta e três centavos) para as certidões ou segundas vias (em resumo, por quesito ou inteiro teor com ou sem averbação) expedidas pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais e requeridas por meio de declaração de hipossuficiência, requisitada por órgãos públicos e/ou certidão de inteiro teor do assento de nascimento somente com a maternidade estabelecida (incluso arquivamentos);

VII – R\$ 37,93 (trinta e sete reais e noventa e três centavos) para os procedimentos administrativos praticados pelos Registradores Civis das Pessoas Naturais na forma do item 15 da tabela 7 da Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004;

VIII – R\$ 17,31 (dezessete reais e trinta e um centavos) para as certidões emitidas pelos Registradores de Imóveis, enviadas ao ITER, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

IX – R\$ 55,05 (cinquenta e cinco reais e cinco centavos) para os registros, com conteúdo financeiro, feitos pelos Registradores de Imóveis em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

X – R\$ 11,98 (onze reais e noventa e oito centavos) para as aberturas de matrículas, feitas pelos Registradores de Imóveis, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

XI – R\$ 9,58 (nove reais e cinquenta e oito centavos) para as averbações feitas pelos Registradores de Imóveis, em razão da Lei nº 14.313, de 19 de junho de 2002;

Art. 2º. Esta Resolução Deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.

Comissão Gestora do RECOMPE-MG